

PIRH GRANDE – RELATÓRIO PROGNÓSTICO

REUNIÃO GT PLANO 16/11/2016

Pág 09:	<p><i>Parágrafo: “A combinação dessas duas premissas resultou no estabelecimento de um Cenário de Contingência, que não deve ser tratado como um cenário específico de planejamento, mas como um estado limite para o qual a bacia deverá estar preparada caso se confirmem as previsões resultantes dos modelos globais de mudanças climáticas.”</i></p> <p>a) especialistas indicaram que os modelos de mudanças climáticas não são adequados para aplicação na escala de bacia. Seria importante que este aspecto fosse esclarecido e destacado no relatório. Ou seja, quais as limitações das simulações e dos modelos de mudança climática na escala estudada.</p> <p>b) Além disso, segundo o próprio texto: “Devido à divergência no sentido da mudança entre os modelos climáticos utilizados, observa-se, nessas figuras, que a combinação matemática obtida por meio da média aritmética simples considerando todas as alternativas de modelagem climática não resulta em mudanças significativas em relação à disponibilidade hídrica do presente. Contudo, em microbacias localizadas, as vazões de estiagem Q95% e Q7,10 apresentam diferenças em relação às vazões calculadas na etapa de Diagnóstico, algumas para maior, algumas para menor”.</p> <p>c) Indo nesta linha, a adoção de cenário de contingência, é muito confusa, tendo em vista que situações de contingência e sua gestão devem ser previstas para situações extremas que não necessariamente possam ser causadas por mudanças climáticas e sim por eventos hidrológicos extremos, conforme histórico e condições na bacia.</p> <p>d) Sugere-se que o termo e ações relativas a contingência sejam revistos, até para ficar coerente com os termos usados pela gestão atual, inclusive em SP.</p>
Pág. 42:	a consideração de vazões de referência com base em estudos de mudança do clima possui alto grau de incerteza. Não deve ser utilizado para emissão de outorgas ou ações de curto prazo. Vale a pena destacar isso no texto.
Pág 49:	Cita que a indústria possui um uso representativo... É isso mesmo
Pág 53:	ajustar o termo “consumo” de água da indústria ou de outros usos, quando se refere a demanda. Nestes casos, usar retirada/demanda, pois consumo é a parcela da demanda que não retorna sob forma de efluente.
Pág 79	Para figuras perfil das demandas”, sugere-se usar “abastecimento humano” ao invés de “população”;
Pág 78, 79	Mapas indicam uma % de usos entre urbano, indústria e irrigação de até 80% cada. Não é coerente;
Pág130 e 131	Quadros trazem uma síntese de áreas críticas, indicando apenas indústria e irrigação.....onde esta o uso urbano? Da forma como está, equiparam à irrigação...
Pág 185:	as classes estão distintas do quadro 5.1;
Quadro 5.4	para a avaliação e indicação de ações “QUADRO 5.4 – CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ARQUÉTIPOS – COMPONENTE QUALITATIVO” o tratamento de esgotos deve ser priorizado em qualquer cenário se ele (o tratamento) for inexistente. Por que só nos cenários de maior pressão se ele é obrigatório do ponto de vista legal?
	Para o cenário de contingência, a menção do risco torna este cenário confuso já que este cenário avalia somente a questão da disponibilidade. Se for abordada a questão de riscos, outros riscos deveriam ser contemplados em cenários de contingencia. Além disso, reiterando o que já foi comentado no item 1 , sugere-se rever esta abordagem e, se houver justificativa técnica para contemplar qq alteração de demanda que seja representativa/significativa devido as mudanças climáticas na escala analisada, ela deverá ser incluída nos cenários já contemplados, e não com o nome de contingencia.

Pag 206:	Para os 118 novos pontos previstos para implantação de estações de monitoramento de qualidade é importante uma avaliação dos custos de implementação e de operação destes pontos nas suas respectivas dominialidades e indicação de que tipo de estação e monitoramento está sendo previsto.
ANEXO I	Qual a relação dos programas com o relatório Prognóstico?